

## **PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

### **PROJETO DE LEI Nº 65/2025**

Institui o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA e dá outras providências.

### **I – IDENTIFICAÇÃO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal que visa criar o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental (FMSBA), vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com o objetivo de gerir e aplicar recursos destinados às ações de saneamento básico e de proteção ambiental no âmbito do Município de Rio Negro.

O projeto revoga e substitui a Lei Municipal nº 3.366/2024, corrigindo falhas estruturais e jurídicas que inviabilizavam a adequada operacionalização do fundo anteriormente criado.

### **II – SÍNTESE DO CONTEÚDO**

A proposta estabelece a criação do FMSBA como fundo de natureza contábil e financeira, sem personalidade jurídica, com fontes de receita oriundas de repasses da SANEPAR (até 2% do faturamento municipal), doações, rendimentos e outras receitas correlatas, além de disciplinar a destinação, a gestão e o controle dos recursos.

### **III – ANÁLISE JURÍDICA**

#### **1. Competência e iniciativa**



A criação de fundos municipais é matéria de competência legislativa do Município, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988, cabendo ao Poder Executivo a iniciativa para propor a criação de instrumentos administrativos e financeiros voltados à execução de políticas públicas locais. Assim, o projeto é formalmente legítimo.

## **2. Legalidade e compatibilidade normativa**

O projeto está amparado pelas Leis Complementares nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e nº 95/1998 (Técnica Legislativa), pela Lei nº 4.320/1964 e pela Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil). Também está em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Rio Negro.

Conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Prejulgado nº 25 e Acórdão nº 2829/20), fundos municipais não possuem personalidade jurídica própria, devendo ser geridos no âmbito da administração direta.

## **3. Técnica legislativa**

Foram identificados ajustes pontuais de técnica legislativa e adequação terminológica, sem alteração do mérito:

- Correção da numeração dos incisos do art. 2º (salto do VI para o VIII);
- Substituição da expressão “a credito” por “a crédito”;
- Retificação do art. 13 para constar “princípio da unidade e da universalidade”;
- Inclusão de remissão à Lei Federal nº 13.019/2014 quanto aos repasses a organizações da sociedade civil;
- Inclusão de artigo determinando que o Poder Executivo regule a lei em até 90 (noventa) dias;
- Alteração do art. 20 para prever extinção apenas por lei;



#### **IV – FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA**

O projeto tem amparo nos arts. 30, I e II, e 165, §9º, II, da Constituição Federal; nos arts. 43 e seguintes da Lei nº 4.320/1964; nos arts. 8º, 16 e 17 da LRF; na Lei Complementar nº 95/1998; na Lei nº 13.019/2014; e na Lei Orgânica do Município de Rio Negro, que autoriza a criação de fundos municipais.

#### **V – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação entende que o Projeto de Lei nº 65/2025 é juridicamente regular e compatível com o ordenamento vigente, devendo prosseguir em sua tramitação, com a aprovação das emendas de redação, adequação técnica e supressão apresentadas no Projeto de Emenda anexo.

Sala das Comissões, 03 de novembro de 2025.

**Vereadora Isabel Cristina Grossi**

**Presidente**

**Vereador Geovane de Lima**

**Relator**

**Vereador Élcio Josué Colaço**

**Membro**



**PROJETO DE EMENDA AO PL Nº 65/2025**

**Art. 1º.** O inciso VI do art. 2º passa a ter a seguinte redação:

*“VI – o saldo positivo do fundo apurado em balanço no término de cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.”*

**Art. 2º.** Renumerar-se o atual inciso VIII do art. 2º para inciso VII, mantendo-se sua redação.

**Art. 3º.** O art. 7º passa a vigorar **acrescido do seguinte parágrafo único**:

*“Parágrafo único. Os repasses a organizações da sociedade civil observarão o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, inclusive quanto ao chamamento público, plano de trabalho, metas e prestação de contas.”*

**Art. 4º. Inclui-se o art. 19-A** ao Projeto de Lei nº 65/2025, com a seguinte redação:

*“Art. 19-A. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, definindo os procedimentos de gestão, controle, acompanhamento e prestação de contas dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA.”*

**Art. 5º.** O art. 13 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 13. O orçamento do FMSBA integrará o orçamento do Município de Rio Negro, em obediência aos princípios da unidade e da universalidade.”*

**Art. 6º.** O art. 20 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 20. O Fundo será extinto exclusivamente por lei.”*

Sala das Comissões, 03 de novembro de 2025.



Vereadora Isabel Cristina Grossl

Presidente

Vereador Geovane de Lima

Relator

Vereador Élcio Josué Colaço

Membro

